



ID: 60389390

31-07-2015

GERMANO DE SOUSA DEFENDE CONTRATUALIZAÇÃO E LIBERDADE DE ESCOLHA PARA OS UTENTES

Serviço Nacional de Saúde a concorrência entre presta

O Serviço Nacional de Saúde é fundamental. Porém, a sua subsistência e sustentabilidade obriga a uma reforma urgente na qual a contratação de serviços e maior concorrência entre prestadores públicos sociais e privados, bem como a procura de novos modelos de financiamento, devam ser considerados – defende Germano de Sousa.

Em entrevista à “Vida Económica”, o patologista e ex-Bastonaário da Ordem dos Médicos propugna um modelo para o SNS, em que exista liberdade de escolha para os cidadãos, excepto em áreas restritas.

JOÃO LUÍS DE SOUSA
jlsousa@vidaeconomica.pt

Vida Económica - Os operadores privados estão fortemente condicionados pelos preços e regras impostas pelo Ministério da Saúde?

Germano de Sousa - Uma parte importante dos nossos doentes são convenccionados, isto é, são originários do SNS, da ADSE, da PSP, das Forças Armadas ou da GNR sendo atendidos a preços fixados pelo Ministério da Saúde, que são muito baixos, tão baixos que neste momento o preço médio por análise pago por essas instituições, é inferior ao custo médio por análise executada nas instituições públicas. Daí o facto de os pequenos e médios laboratórios terem fechado ou enfrentarem situações muito graves, tal como aliás vem acontecendo com as farmácias. Só os grandes grupos laboratoriais conseguem subsistir. É mesmo assim com muitas dificuldades sendo necessário uma gestão muito cuidadosa para conseguir um bom equilíbrio financeiro e manter todos os postos de trabalho. Infelizmente, como bem pergunta, neste sector o Estado exerce o poder de forma absoluta. Qualquer tentativa de discussão de preços está à partida condenada. Quanto às regras para o licenciamento, foi este entregue agora à Entidade Reguladora da Saúde, facto que eu saúdo pois os licenciamentos devem ser feitos mediante um critério independente, único e nacional. Do mesmo modo as convenções e as suas regras deveriam



“Todos os laboratórios devem ser regulados, auditados e penalizados quando não cumprem critérios de qualidade”, afirma Germano de Sousa.

ser feitas a nível nacional e não dependerem dos critérios de cada ARS. Posto isto afirmo que sou o primeiro a exigir regras e avaliação constante deste e doutros sectores da saúde. Todos os laboratórios devem ser regulados, auditados e penalizados quando não cumprem critérios de qualidade. O que mais prejudica quem bem trabalha são as instituições que não têm qualidade continuarem a funcionar, porque prestam um mau serviço aos doentes e aos médicos e fazem concorrência desleal.

VE - Ao ter uma quota de mercado elevada e ao impor preços por via administrativa o Estado infringe as regras da concorrência?

GS - O que me está a por é a velha questão sobre a relação público-privado na saúde. Complementaridade ou competitividade? Desde sempre, na saúde, os privados e nomeadamente os convenccionados nunca foram perspicivados em termos competitivos mas sempre como complementares aos serviços públicos. No que respeita à competitividade, defendo de há

“O que mais prejudica quem bem trabalha são as instituições que não têm qualidade continuarem a funcionar, porque prestam um mau serviço aos doentes e aos médicos e fazem concorrência desleal”

muito o princípio de que o doente, aconselhado pelo seu médico de família deverá ser livre de escolher onde quer e por quem quer ser tratado. A livre escolha e a livre concorrência deveriam ser a regra. Ao M.S. competiria fixação do custo de cada “ato de saúde”. Deveria ser introduzida uma dinâmica privada na prestação de cuidados de saúde. Ao Estado, em vez de ser prestador quase exclusivo dos cuidados de saúde, deveria ser reservado predominantemente o seu planeamento e financiamento. Tal como acontece em muitos países da Europa a uma entidade autónoma competiria a contratualização, a avaliação e a regulamentação dos mesmos, englobando todos os prestadores (públicos mas com gestão autónoma, sociais e privados) que recebessem beneficiários do SNS, sendo pagos a preços fixados previamente pelo financiador, para cada ato ou intervenção em saúde, em função do orçamento disponível. Mecanismos de controlo anuais permitiriam rigidez orçamental ao M.S., criando tetos orçamentais que, se ultrapassados, o excesso recairia sobre os prestadores e condicionando o pagamento das tecnologias e medicamen-



deve promover dores públicos e privados

SNS convencionado proporciona autocontrolo dos encargos

Em alternativa, Germano de Sousa refere as boas práticas seguidas no SNS de outros países europeus onde o Estado financia mas não presta a grande parte dos serviços de saúde os quais contrata ou convencionam, regulando e controlando com o máximo rigor e eficácia o nível e qualidade dos serviços prestados, eliminando assim os desperdícios, que são significativos não no actual modelo. Além disso uma reforma deste tipo permite fixar o nível de despesa e criar tectos orçamentais para cada sector cuja ultrapassagem recairá sobre os prestadores, assegurando assim o

autocontrolo dos encargos.

O Centro de Medicina Laboratorial Germano de Sousa, dirigido e detido pelo ex-bastonário e seus filhos, também patologistas, designa um Grupo de Laboratórios Clínicos que prestam serviços da sua especialidade em todo o País. Adquiriu recentemente um edifício no Pólo Tecnológico de Lisboa, onde instalou os serviços centrais em cerca de 2.800 m². Actualmente, o grupo de laboratórios Germano de Sousa cuida das análises e exames laboratoriais de cerca de cinco mil doentes diários.

tos à sua comprovada eficácia. As instituições públicas deviam auto-sustentar-se em função dos doentes que os procuram e os honorários dos médicos deviam depender dessa procura e do trabalho e competência que desenvolvem e demonstram.

VE - As análises clínicas são uma das poucas áreas da saúde onde o cliente tem liberdade de escolha?

GS - Para os doentes ambulatórios do SNS, ADSE e outros subsistemas, existe liberdade de escolha na patologia clínica e anatomia patológica, radiologia, fisioterapia, exames cardiológicos e técnicas endoscópicas. A liberdade de escolha devia ser também extensiva às especialidades clínicas. É que para além da eficácia e eficiência que um modelo desses introduziria no SNS há um aspeto no que respeita aos ganhos em saúde que nunca é referido nas frias análises dos economistas da saúde: A satisfação do doente e as particularidades da relação muito especial que se estabelece entre o doente e o seu médico. Acontece que essa relação se tem perdido no "mainstream" do SNS, especialmente a nível hospitalar, o que não acontece na prestação dos cuidados privados. A ADSE, os SAMS, a PSP, etc, são a melhor prova do que afirmo. Todos os beneficiários desses subsistemas pagam impostos e como todos os portugueses têm direito a recorrer ao SNS. No entanto preferem escolher livremente o seu médico e a instituição de saúde em que têm confiança, mesmo que para isso tenham de pagar uma percentagem do seu salário mensal. E apesar disso o funcionário público, o Polígrafo ou o militar não quer que lhe toquem na ADSE, no equivalente da PSP ou das FA, tal como os empregados bancários também não abdicam dos SAMS, etc.

“As instituições públicas deviam autosustentar-se em função dos doentes que os procuram e os honorários dos médicos deviam depender dessa procura e do trabalho e competência que desenvolvem e demonstram”

VE - A vossa atividade estende-se a todo o território nacional? Nesta área de atividade é possível também haver exportação? Como encara a inovação, desenvolvimento e investigação?

GS - O Grupo Germano de Sousa atualmente integra e gere 14 laboratórios de Viana a Lagos, localizando-se no Porto e em Lisboa os laboratórios principais. No laboratório de Lisboa localiza-se a genética, a genómica, a patologia molecular e o diagnóstico pré-natal. Em contrapartida, no Porto desenvolvemos a citometria de fluxo que é fundamental no estudo das leucemias. Entre os doentes dos inúmeros centros de colheita que temos e que cobrem todo o país, as parcerias, e hospitais cuidamos de quase cinco mil doentes por dia.

Fazemos análises e exames especiais para laboratórios de referência em Espanha por exemplo. Com Angola também já temos relações nesse sentido e iremos criar em breve laboratórios com parcerias que esta-

mos a implementar. Essa é uma das nossas apostas, em especial nos países de língua portuguesa.

Temos vários doutorados e mestres a trabalhar nos nossos laboratórios entre os cerca de 16 médicos especialistas três farmacêuticos, dois bioquímicos e dois biólogos e os inúmeros licenciados e mestres na área das análises clínicas.

Estabelecemos um protocolo com a U. Católica e somos um polo de ensino do Instituto de Ciências da Saúde da mesma Universidade. Decorre agora uma pós-graduação em Medicina Laboratorial nas nossas instalações.

Temos um futuro que nos parece assegurado com cada vez mais inovações. É nossa obrigação inovar, daí que conjuntamente com dois investigadores em ciências biomédicas originários da Fundação Gulbenkian entendemos criar a Ophiomics que é uma start-up, dedicada ao desenvolvimento do diagnóstico no campo da medicina personalizada e de precisão na área da oncogenómica, e farmacogenómica que permitirá num futuro muito breve desenvolver novos testes e investigação que pensamos exportar.

Tudo isto é inovação e desenvolvimento. Tudo isto é apostar no nosso futuro e no futuro do nosso país.

VE - A compra e mudança para as novas instalações são um passo importante na expansão da atividade?

GS - É o culminar de uma atividade e ao mesmo tempo um novo passo em alguns aspetos. O culminar de uma atividade que já começou há muitos anos. Somos o único grupo nacional de laboratórios clínicos detido exclusivamente por médicos patologistas clínicos. De 2004 para cá a falta de estabilidade e as dificuldades económicas no sector convencionado levaram que os pequenos e médios laboratórios não resis-

tissem à investida que grupos financeiros, de capital de risco e poderosos, alheios à medicina, fizeram no sector. Com o apoio dos meus dois filhos, também patologistas, decidi enfrentar essa investida. Para fazer frente à nova realidade, era necessário que o meu laboratório crescesse e se estendesse a todo o País. Assim e com outros patologistas, alguns deles detentores de laboratórios que se nos juntaram, fizemos esta difícil mas digna caminhada. A decisão em manter o Grupo como uma unidade detida e gerida apenas por médicos foi inspiradora. A nossa essência é isso, é sermos um grupo de Médicos Patologistas Clínicos que colocam os seus deveres éticos e deontológicos acima de qualquer outra consideração, designadamente económica, e cuja única obrigação é para com o seu doente e não com o acionista não médico que põe os interesses económicos acima dos deveres éticos e deontológicos. E essa obrigação consubstancia-se numa palavra: exercer com grande qualidade. Qualidade na tecnologia utilizada, qualidade no "background" e formação académica do excepcional grupo de colaboradores que temos, qualidade no atendimento dos doentes, qualidade na execução dos exames e testes, qualidade na interpretação dos resultados e na informação e apoio prestado aos nossos colegas clínicos. Por outro lado estamos constantemente atentos à inovação e à evolução da ciência médica em todas as suas especialidades. Tem sido esta aposta constante na excelência e no profissionalismo que tem merecido a confiança de médicos e doentes e explica o modo como o Grupo e os seus laboratórios se afirmaram no mundo da saúde, designadamente junto de grupos nacionais de prestígio. (Grupo José de Mello Saúde, SAMS-SBSI, British Hospital, etc.

Somos hoje uma referência nacional e um dos principais "players" do sector.





Germano de Sousa defende contratualização e liberdade de escolha para os utentes

Serviço Nacional de Saúde deve promover a concorrência entre prestadores públicos e privados